

# E achar que essas caras...

*Alice Lázaro<sup>1</sup>*

<https://orcid.org/0000-0003-3244-1612>

## **ABSTRACT**

A misrepresentation of the historical facts about Portugal and Brazil can be noticed on Brazilian immigrant's personal views, moved to Portugal in recent years, about their own past, in terms of Culture and History. The author stands for such opinion after the observation of the individual opinions expressed and circulating online, especially in YouTube, as a contrast with existing documentation describing the reality concerning the History of Brazil during the period of integrated kingdom with Portugal and Algarve. Such misconception of common past is obviously consented with the complicity of certain academic circles serving an ideological program introduced in formal scholarship education, as demonstrated by the author.

Do que pensam de Portugal os brasileiros já foi dito tudo. Aceitar isso é uma maneira de acabar de vez com as ilusões. Porém, ainda é difícil de conviver silenciosamente com a torrente de preconceitos em forma de teses, artigos e ensaios que, diariamente, inundam a memória virtual de um computador. Quem tiver paciência e olhar, só de relance, o conteúdo dessas matérias, não pode deixar de se questionar até onde pode ir a raiz da cizânia e convirá que, tudo aquilo, é fruto apodrecido de uma abstracção intelectual, em torno de um prejuízo. E pronunciar prejuízo, é dizer preconceito e entrar na caverna platónica, onde algo é tido como normal, quando não é.

Espanto, é a palavra que definirá, doravante, a opinião aqui expressa. E é-o tanto maior, quanto mais incompreensível se nos apresenta o assunto e quando as palavras não ditas se entrecruzam, baralham e limitam o sentido da ideia, dada a profusão de sentimentos. Evitá-lo, todavia, é absolutamente impossível.

Pelas obras, que a razão sozinha não pode explicar, salta à vista a guinada que sofreu a atitude dos brasileiros, em relação a Portugal, através de um movimento de reaproximação, tido, até há poucos anos, por altamente improvável, dado o estado de rejeição, que se tornou num hábito, aceite e popularizado, tanto num, como no outro lado, do Atlântico, reduzido a uns poucos e equivocados chavões, que fazem do português o portuga das caricaturas. Eis a safra medonha, que impede o avanço de quem quer que se atreva a penetrar esta floresta, semeada de enigmas.

---

<sup>1</sup> Alice Lázaro, Licenciada em História pela FLL e Mestre em História de Arte. Investigadora e autora de trabalhos no âmbito da História, com incidência na documentação compulsada em fontes inéditas. Autora de vários livros, onde, entre outros, se debruça sobre temáticas relativas ao reinado de D. Maria I.

Perderá o pé, facilmente, quem pretenda desvendá-los, assolado pelo autêntico dilúvio de escritos, não só académicos, construídos todos eles, à volta do léxico político-ideológico, continuamente alicerçado nas máximas que permeiam e contaminam a lição mestral, sabendo-se do peso com que contam tais conceitos, entre a classe ideológica e política e vice-versa. Trata-se, obviamente, de uma elite intelectual, geradora da novíssima maneira de pensar (já caduca) e do símile controlo da acção, veiculado pelas correias do poder. Poder esse, árvore e fruto do mais poderoso de todos, que são os meios múltiplos de comunicação, agentes de manobra da massa anónima e semianalfabeta.

Se, num golpe de vista, isto se percebe, até de olhos fechados, em qualquer lugar do universo, para onde a gente se volte, não há como pensar que o Brasil esteja fora do cenário. O que parece é ser terra fértil, como prova a leitura das produções académicas, fonte prolífera e fulgurante, como são geralmente todos os centros tardios de iniciação de indivíduos inexperientes, mas capazes de galgar himalaias para não ficar atrás dos escolhidos, que aspiram vir a ser. É uma tristeza perceber a maneira como se auto-sustentam os criadores deste *status quo*, de costas viradas para tudo o que não seja o seu próprio individualismo, perpetuado à custa das estafadas causas de reinventadas minorias, outorgando-se, quem as defende, o papel de anacrónicas misericórdias.

A lengalenga discursiva dos académicos repete-se, já sem novidade. O que tem é desgraçado a vida da gente, abrigada sob a capa da consabida retórica, que espreguiça paragens fora daquele universo, à cata de uma realidade mimeticamente fabricada, com intrigante sucesso. Ideologias que arditamente se alcandoram, acima das anónimas vontades e lá ficam, *ad eternam*, contra todo o esforço de desmistificação, fabricadas como totens, a que se apegam os políticos. Uma das forças que as serve e sustenta (às ideologias), é a anquilosada ampliação do serviço útil, oferecido pelo sempre renovado clientelismo bem-pensante.

O mal, talvez não tivesse chegado às raias do absurdo, absoluto, se não fosse a oleada correia de propaganda da escolaridade obrigatória, administrada pelo Estado, que se constitui veículo intermediador das gotas de pensamento único, com eficiência homeopática, da falsa ideia de um porvir harmonioso, aliado a esse outro poder, já identificado, que é a manipulação da informação.

Nota, enfim, o leitor, um cavado precipício, entre as benditas elites e a população, separados, por uma barreira intransponível e infernal, não havendo quem possa discordar deste estado de coisas, sem receber o devido castigo de ordem psicológica. Nisto, já vão uns duzentos anos, de más relações do Brasil com Portugal, com o resultado que se vê mais nítido, a cada dia que passa, afastando a possibilidade de se alcançar o prometido bem-estar fraternal, que seria, no seu todo, um sentimento universal.

Aqui chegados, voltamos ao princípio de tudo, que é o sítio donde partimos, para esta encetada digressão: as catadupas de dissertações que têm como objectivo indesmentível escalpelizar e forcejar a realidade histórica, debaixo de pressupostos intrínsecos ao método, sem nenhum efeito, que se diga, bom e benéfico. Melhor dizendo, almeja-se um outro, contrário ao que se anuncia e vem a ser, afinal, aquilo que redundava e instiga a boa-fé da pessoa sensível: o

esvaziamento da memória de uma nação inteira, fenómeno que atinge em cheio os escalões mais baixos dela, oferecendo-se-lhe, como certeza, o apagamento dos laços avoengos portugueses.

O abismo é infernal e ganhou corpo há muito tempo, sendo manifesto no movimento de brasileiros que desembarcam nos aeroportos portugueses, semanalmente – para não dizer diariamente – desde os primeiros anos deste século, engrossando uma corrente inversa, à da tradição europeia. Aproximação forçada, dirá, legitimamente, quem pare para reflectir sobre isso. Antes de irmos ao âmago da discussão (se lá chegarmos), pare ou não o leitor para o abarcar, o fenómeno não deixa de ser real. A consciência desse facto foi ganhando a forma que inspira esta reflexão, ainda antes das benditas enxurradas de teses terem começado a baixar no computador – dizia – teses que só vêm reforçar a safra de enunciadas conjecturas, desperto já o sujeito para o instigante prodígio.

Ao percorrer o conteúdo das ditas teses, ávidos da razão que as justifique, com raríssimas e tímidas excepções, o que se acha é a estéril monotonia do pensamento único, apesar da distância geográfica dos centros emissores de tais escritos, todos eles muito apelativos quanto aos temas, mas frustrantes, quanto à sintonia das conclusões. Chega-se a esta conclusão, perante múltiplos trabalhos de pesquisa, que nos chegam, elaborados à volta do estereotipado e inegavelmente preconceituoso modelo do povo “colonizador”, enraizado o preconceito na universalidade sofisticada da ideia do conflito e do oprimido, ajustados, à mesmíssima cornucópia lexical, estrangeirada e ofensiva, em voga nos círculos intelectuais. As fontes da prefigurada inspiração nem vale a pena citá-las, reconhecíveis todas elas, pelo enviesamento ideológico das suas variantes marxistas, claramente gastas.

Nesta linha de argumentação, também se dispensa a invocação da falsidade dos pressupostos, donde partem os autores, alicerçadas as teses que constroem, à base de um vocabulário que a verdade documentada desmente. Sabe o cientista sério que conceitos como colónia, não passam de estrangeirismo ideológico oitocentista, com origem em geografias estranhas à realidade luso-brasileira, incorporados na narrativa, com o deliberado propósito de glorificar Filosofias da História. A confusão estabelecida é de tal ordem, que já ninguém se interroga sobre o sentido etimológico da palavra e origem do conceito, quando e porquê.

Desprezando o testemunho das fontes coevas, em função do pouco caso que fazem do teor em si, os académicos recorrem sistematicamente a jargões globalistas de cunho antropológico e sociológico, para analisar o longo processo de transposição universal dos valores ocidentais, no intuito de desmontar pejorativamente a cultura de mestiçagem implementada no Brasil. São discursos redondos, que visam fins oblíquos, todos eles, igualmente imbuídos de facciosismo, para denegrir o mérito diferenciador do processo transcultural, dando preferência enfática a equívocos de natureza particular e alheia à realidade histórica, luso-brasileira.

Deixam, assim, de lado e de prestar atenção à escancarada xenofobia que preside a tais abordagens, quando mistificam antagonismos, entre indígenas e europeus, ficcionando o passado, por via de um mundo deliberadamente idealizado e fantasioso de alegorias obtusas ou por mera cegueira, sobretudo dos novatos, que se mostram mais papistas do que o papa, para desgraça da decadente e agravada enfermidade de que padecem. Como se entende, tal prosa academicista é

bebida da boca dos mestres, pelos seguidistas, expectantes como abutres famintos, o que se subentende na formulação estéril do todo, alinhado e fundamentado, no envasamento amalgamador de repetidas citações.

Cruzadas tecidas de ódio, sob a impunidade silenciosa dos que sabem, mas que não arriscam nada nem querem arriscar, quando deviam denunciar aberta e honestamente o sofisma, sem empecilhos de linguagem e falsidades estéreis, que saltam à vista de quem as leia. Podendo discordar da narrativa, preferem calar-se, até ver onde é que a coisa vai parar. Mal, seguramente, tendo em conta os sinais que emergem, à luz do dia, no grito solto contra esses inaptos, para o que quer que seja de útil, além da vandalização do espírito dos ingênuos que incitam à revolta, contrariamente ao que fazem crer e propagam.

Anacronicamente virtuosas, tais pessoas fazem-se apóstolos contra os erros do passado, escavando nas ruínas do desconhecido, semeando mal-entendidos, só porque sim. Importaria apurar e dizer ao mundo, quem é que lucra com a postura do sócio-desconstrutivismo elitista. E por falarmos em fins, lembremos a galeria de mártires e heróis da nova pátria brasileira, criados à volta da independência e nascidos do mesmo afinco inventivo, com que os de hoje descem às profundezas do tempo, para tirar de lá colonizadores, evitando escancarar a mitologia com que esculpiram tais mártires.

Para os obreiros das dissertações, miserabilistas e difamatórias de uma nação, falar de exploração e de colonizador é dizer, invariavelmente, português, deixando propositadamente de lado o caudal de vária origem, que lançou raízes no território brasileiro, com ênfase do século XIX para cá. Diante da indesmentível evidência, somos obrigados a afirmar que a multidão esparsa dessa leva migratória, se tem mantido à margem do passado lusitano, como de um leproso, tirando partido do factor eugenista disfarçado, muito ao sabor do romantismo, que o gerou.

Não vamos tão longe que afiancemos que seja eugenista a proposta de adopção de um falar brasileiro, como substituto do português, enquanto veículo cultural de comunicação, sustentada tal proposta na falta de parentesco ou na não-memória da ancestralidade lusa, muito conveniente para as gerações analfabetas, ao mesmo tempo que se enaltecem diferenças lexicais e de prosódia, porfiando na peculiar sua alergia ao padrão linguístico ancestral.

É gente desta, que alardeia, orgulhosamente, a sua falta de instrução e ausência de estudos aprofundados, abrigados na capa negacionista do legado cimentador, que herdaram e que, duplamente, deviam prezar como instrumento de partilha do elo latino. Sem outras achegas, só isso bastaria para entender o ponto de vista de quem afirma, com gáudio, o grau da ignorância a que foi levada a maioria da nação brasileira, a mesma nação que se vira para o americanismo, como modelo do mítico eldorado, afinal de contas, não muito diferente nem melhor do que o brasileiro, que menosprezam, provincianamente, como sendo inferior, quando deveria ser o oposto. Os que adoptam tal postura manifestam ignorância do papel nefasto da perversão panfletária, da corrente intelectual, que vem desde o separatismo, o qual nunca deixou de ser inculcado na mente popular, pela fantasia revolucionária que a sustenta.

Outra particularidade que evidencia a quebra do elo cultural dos brasileiros, à raiz lusitana, é escancarada na antroponímica, quer dizer: nos nomes que os nascidos recebem no registo ou na pia baptismal, como se dizia dantes. A proliferação de nomes próprios, ininteligíveis e falhos de qualquer significado, é angustiante. Nomes que não passam de um mero alinhamento alfabético, onde nem o mais arguto consegue enxergar o sentido, quando pronunciados bem ou mal, soando algo estranho à inteligência o que seria bastante, por si só, para exemplificar a descaracterização, não só da língua, mas, mais do que isso e mais importante, a conseqüente despersonalização do indivíduo.

Ainda que tal nome pudesse ser aparentado à origem latina, tem sido adulterado pela grafia, não passando de mera transcrição fonética, dando ideia de que isso é feito com um objectivo deliberado, originando uma paleta de aberrações, quiçá, um modo de diferenciação social. Até neste particular, a cultura brasileira mostra ser incaracterística, quando quer dar de si uma imagem de vanguarda, desprezando regras de toda a ordem.

Ariano Suassuna, numa das suas palestras magistrais, contava, como sendo experiência pessoal, uma anedota, sobre o nome de duas irmãs, nomes impenetráveis, tanto na pronúncia como na ausência de sentido. Contava-a o mestre, numa graça amarga, com que chamava a atenção da assistência, pontuando a questão da perda de laços culturais do povo, nomeando os filhos, através de uma imitação impronunciável de sons, travestidos de modernidade.

Muita da reflexão, vertida ao correr da pena, alinhavada pela rama, ocorre-me a propósito do enunciado fenómeno de reaproximação, grosso modo benéfica e refrescante, do brasileiro a Portugal. Nota-se, porém, o apego da maioria a uma avalanche tecnológica de modismos (num grau muito superior ao dos demais imigrantes), que lhes dá para fazer *selfies*, por tudo e por nada, vídeos a torto e a direito e *hangouts*, por dá cá aquela palha. Nunca antes se tinha visto junto, tanto falar barato! O observador deixa de ser distraído e passa a ser minimamente atento, detendo-se com fincada atenção ao fenómeno, devido não só à poluente intensidade do alardo, mas por causa da soltura de mensagens disparatadas online.

Não pretendo entrar no mérito dos assuntos de toda a espécie e para todos os gostos, de que tratam, variando a estética em função do preço e inovação do equipamento, que vai da última geração de telemóvel à sofisticada aparelhagem de captação de imagem. Seria pena se não referisse o lucro que muitos brasileiros tiram da publicidade às maravilhas deste país – às vezes sincera – com o intuito de ganhar algum dinheiro. Disso, há prova abundante, nas redes sociais, sobremaneira, na plataforma YouTube. De resto, a rotina é actualizada cada semana, quando não diariamente, comutando um vídeo após outro, cada qual, mais chamativo do que o anterior, no dístico. Com isto, Portugal tem sido filmado e palmilhado de lés-a-lés, como nunca antes, pendendo o viajante para o litoral marítimo.

Indiferentemente, se falam das belezas naturais ou da qualidade de vida, factor que a maioria exalta, invariavelmente, não deixa de ser latente o preconceito, mais ou menos mitigado, sob a capa elogiosa da retórica, quando o sujeito sobrevaloriza o lado material da vida, como uma mais-valia daquilo que o atrai e segura, por estas bandas. Há-os, muitos, que fazem de Portugal a plataforma necessária, para voos mais altos e mais aliciantes: quer dizer, depois de obterem a

indispensável cidadania, que lhes dá acesso, segundo as normas vigentes, ao resto dos países da União Europeia, aquele que lhe ofereça, aos olhos do cobiçoso, a possibilidade de um viver ainda mais rendoso.

A longo ou a médio prazo – conforme a intenção de quem deixa o Brasil – é notável o partido que o imigrante vê nas facilidades que encontra em Portugal, quanto a benefícios, em falando de assistência médica e educação. E, claro, há sempre aquela chusma de maldizentes e frustrados, quando vêm à procura do paraíso perdido e dão conta de que, afinal, ele não mora aqui, descobrindo-se enganados, pelo próprio engodo de vira-lata.

Entre as coisas que soam estranhas a um pensar civilizado, como o do brasileiro, que costumam enumerar, para gáudio de quem os segue, entra (agora menos) a ridícula resistência mental, à falta que lhes faz, o tanque de lavar roupa e o ralo, no chão das cozinhas e da casas-de-banho, para escoar as águas-sujas, com ajuda de um rodo, objecto este que não enxergam no mercado e – muitíssimo importante – o hábito estranho do português de pôr o interruptor eléctrico do lado de fora do banheiro. A mulher de bigode ainda faz a sua entrada no anedotário, quando o pelintra urbano é surpreendido pela imagem elegante de uma portuguesa, mulher que supunham vir achar, acabada de sair, das grutas pré-históricas. Não quer dizer que se toparem alguma delas ou algum homem, menos conforme ao do chapéu e seu bigode, não façam disso o modelo vivo da sua bem-sucedida busca antropológica. Vem depois, a favor do país, a relançada fama do pastel de Belém e da francesinha do Porto, iguarias que o estranho equipara ao melhor gourmet do mundo, surpresa, logo superada, pela barateza do bom-vinho de supermercado.

O frio é em regra mal visto, pelo brasileiro, porque, na verdade, o paraíso português acaba logo à porta de casa, no 1.º dia de trovoada ou de qualquer chuvisco invernosos. O mais hilariante de tudo, são as listas dos hábitos lusitanos, das 5 coisas, 10 coisas, 20 coisas, que elencam do que cada um/a mais estranhou cá e funcionam como chamariz dos seus vídeo-blogs. Meus amigos – digo eu – este ponto é o ponto a que chegaram os nados e criados no Brasil, a terra do futuro. Dizer isso, é expor parte deles, dos que dão a cara, porque muitos são os que pensam vulgaridades deste tipo e muito pior do que isto, mas que se escondem. Estes, diferentes dos pelintras, não dão a cara e habitam luxuosos condomínios de inomináveis rendas, sitas nas melhores e mais distintas regiões do jardim à beira mar plantado.

Também o brasileiro tem o costume estranho de dar a localização do lugar donde fala, a denominação administrativa da sua terra. É de gritos, ouvir chamar bairros às diversas regiões de Portugal, designação que amalgama toda e qualquer circunscrição que não seja cidade. Para o brasileiro, Portugal é dividido em bairros, de norte a sul, tendo desaparecido do seu mapa imaginário, a freguesia, o concelho e o distrito. Até mesmo bairro, quando aplicam a palavra, o conceito foge ao sentido local. Pronunciar zona é risada certa.

E por falar no nome Portugal, é confrangedor verificar como muitos dos brasileiros usam o designativo: a Portugal; minha querida Portugal ou, entre outros, a minha querida Porto, desconhecendo em absoluto as regras gramaticais da língua portuguesa. Conservar-se estrangeiro na terra de adopção, para o brasileiro, aparenta ser uma mais-valia.

O mais interessante é ver os agentes das imobiliárias portuguesas juntarem a fome com a vontade de comer, quando se ajustam ao estilo do linguajar, por mera adaptação ao público-alvo. A desinformação é uma prática generalizada, assim como o politicamente correcto, é a predominante, em todos os tipos de média, que alardeia logo qualquer opiniãozinha do sujeito que nos visita, para mais, se for gente conhecida das massas televisivas, não se exigindo dele/a que domine a ideia do quer que diga: basta-lhe ser prosélito de algo que caia bem entre os comparsas lusos.

Geralmente, este tipo de acolhimento miserabilista junta-se ao de autodefinidas causas marginais, dos autoproclamados apologistas do quer que lhes dê na cabeça, de agentes redentores de todo o tipo de mal social, à custa do voto, que produz e sustenta vilões e crápulas no poder, acoplados ao Estado, num arremedo de moderna democracia, chavão que serve a quem serve. Roma não terá ido tão longe na sua decadência. Hoje, as tiranias não se afastam das clássicas, no que se argúi, segundo o *modus faciendi*, atrelando a pão e circo a nédia e ignara gente, lembrança deplorável, deprimente e inimaginável do passado remoto, que o geral consenso, absurdamente desconectado, acolhe.

O Brasil da sombra e do silêncio que se esconde, na máxima «país do futuro», terra que prometia redenção social a valer e tinha motivos para fazer crer que assim seria, é também o país dos imigrantes tímidos, honestos e trabalhadores, a exemplo dos que para lá foram, na inversa marcha, crentes da terra prometida que iam encontrar de certeza. Sonho que lhes era negado na pátria europeia, sem lugar que lhes abrigasse os filhos. À mente, vem-nos a amarga narrativa, que faz do portuga uma caricatura, insistentemente resgatada, no pior sentido, desde que isso faça crescer a audiência e a popularidade dos múltiplos figurões das globalizantes, pirosas e estafadas novelas de cordel.

Aquela multidão de gente portuguesa que emigrou para o Brasil – dizia – foi perdendo pouco a pouco a memória do nome e a identidade antiga, amalgamados com os migrantes de várias origens, nos idênticos porões da sua miséria, vindo a ser na terra da promessa, na memória de antanho de oitocentos e novecentos, a mais vilmente tratada desde o cais à morte e, muita dela, gente portuguesa, esgotada pela entrega a uma vida inteira de trabalho, eleita pela vilanagem dos literatos e dos indoutos, caricatura da boçal ignomínia.

Curiosamente, o analfabetismo endémico daquela massa lusa – é dela que se fala – abarcava grande parte da gente esforçada e forçada a integrar-se num meio adverso, perdido o horizonte, fechados os olhos e de coração partido, gente que se viu a braços com uma realidade adversa aos seus almejos e muitas vezes, desiludida, querendo voltar à terra natal, sendo disso impedidos, pela falta de meios e a vergonha do seu malogro. Isto dizemos, à vista do tempo da emigração portuguesa que vai da independência do Brasil até há praticamente meio-século.

É esta uma declaração impossível de esconder e que se poderia juntar ao malefício da deseducação a que todos eles ficaram sujeitos, naquele paraíso, indefinidamente adiado, que o sonho dos antepassados comuns ajudou a formar, nas colossais dimensões que o delimitam. É já sem surpresa – dizia – vencidos pelo hábito a que nos acostumámos, ouvir da boca dos que chegam, indagar a famigerada cidadania, perdida, que os reconecte pela linhagem ao português

avoengo, que saiu um dia da terra de nenhures. Se, por um mero acaso, o estudioso se der ao trabalho de averiguar, registo a registo, os nascimentos (registos paroquiais) e rastrear a universal população brasileira, há-de ficar de boca aberta, ao certificar-se da origem lusitana da maioria da população, estimativa que rondará perto de 100% dos nativos brasileiros.

Uma tal verificação documental, é confirmada pelo exame genético do ADN, que assegurará à inteira nação a absoluta certeza de que é portuguesa a gente que construiu o Brasil, quer queiram quer não. Assiste-se, novamente sem espanto, aos pronunciamentos descabidos, para não dizer miseráveis, de indivíduos cujo apelido é lusitano, com parentesco chegado aos remanescentes deste lado do Atlântico, negar-se a admitir a lusitanidade, na forma aberrante de tiradas do tipo ... e pensar que esses caras descobriram o Brasil ! ... como se os brasileiros de agora não fossem progénie dos que lhes legaram a pátria que logram e mal-amanham. Indivíduos que assim falam, demonstram ter sido ensinados a pensar, imponderadamente, como reflexo da segregação social a que ficaram sujeitos, agravada nas últimas gerações ou xenofobia assimilada. Maior miséria moral do que esta, não deve haver, negar-se a própria origem, numa cultivada ignorância de evidente auto-exclusão!

Esta é a mentalidade que percorre e reúne a maioria dos brasileiros, numa alienação colectiva, inoculada pela vacina do ensino oficial, correia de transmissão elitista, renovada e oleada, que realimenta as cobaias, por meio de um léxico eternizado de lavagem cerebral, que tem feito gerações de zombies, sem memória histórica, paulatinamente erradicada do horizonte mental, com perda deliberada da identidade, que devia orgulhá-los.

O processo de esquecimento não é recente nem anódino. Demonstra-o a leitura tergiversada dos factos históricos, da declaração da mal-amanhada independência brasileira. Independência que se originou de um evidente golpe, que separou um reino – como era então o Brasil – do Reino Unido de Portugal e Algarves, reino quase milenar, servindo-se os golpistas dos meios covardes e sordidamente urdidos no esconso maçónico das suas lojas, distribuídas e actantes em pontos ínfimos, mas estratégicos, do território. Não partiu do povo a declaração de independência, como não partiu nenhuma das outras das revoluções liberais oitocentistas.

A escamoteada verdade, já naquele tempo bem conduzida, em obediência ao programa que incluía a facciosa e criteriosa manipulação da informação que, como tal, calava, por meio da censura, a realidade dos factos orquestrados. Sim, porque de interesses de grupo se trata. Foi aquele o tempo e o modo de permear o envenenamento popular, de cima para baixo, das camadas letradas da sociedade, que incutiu na gente a distorção histórica, mesclada de cambiantes ideológicos, prenhe de ódio ao português, tratamento que não parou de vigorar, consoante as épocas e que tem vigorado, a par do ataque aos princípios religiosos, que foram disseminados no território, através da missionação, desde o descobrimento do Brasil.

Ninguém pode negar que tais valores foram sendo desgastados, à custa do insistente discurso relativista. Se ao poder político, por meio do aparelho do Estado, cabe parte da culpa da situação a que se chegou, também não fica isenta a instituição Igreja, noutra grau, tendo em mente a sujeição dos clérigos, à onda mundana de cariz filosófico, que a tem vergado a duros golpes,

como sendo uma desejada renovação dos dogmas da fé, para vir a vacilar nos seus alicerces, continuamente, da Revolução Francesa ao Concílio Vaticano II e deste, em diante.

Depois da expulsão do Brasil do primeiro dos rebeldes, que foi o Regente, D. Pedro, herdeiro do trono do Reino-Unido, o qual agiu como facilitador dos interesses elitistas, na esfera do poder, gente de quem se rodeou e por quem se deixou armadilhar, figuras que seriam posteriormente alçadas à condição de heróis e de pais fundadores da Pátria, tirando o melhor partido disso. Dissonância calada, desvirtuada e enaltecida, por desonestidade intelectual, através da perpetuação de revoluções e contra-revoluções, como modelo de afirmação do poder das mesmas actuanes elites.

A essência do problema, de uma maneira geral malsabido, persiste, obviamente, pela reforçada aliança, entre *intelligentzia* e poder, se uma não é apenas a face da outra. Os três braços constitucionais têm-se conjugado e manobrado de forma notória, na troca de favores, naquela disputa, como garante da sua insofismável sustentação ao comando do sistema político-ideológico francês de origem, como paradigma imitado mimeticamente pelo Brasil e por todas as demais repúblicas, baseadas naquele modelo.

Falávamos do apagamento identitário e cultural a que estão sujeitas as populações e, como tal, usadas como massa de manobra dos fins em vista. Falava do afastamento do indivíduo das suas raízes e da memória histórica, mas não disse que isso era culpa do povo. Contudo, é gente de estrato popular, quem visibiliza essa realidade sem freio, galhofeira e provinciana, com que agride, sistematicamente, o portuga, anulando em si qualquer ideia de comunidade genética.

Já ilustrámos o modus de se exprimir da massa anónima, quando esconjura Portugal, alardeando-se ares de intelectual e de letrado, com o que vai pronunciando repetidamente aleivosias, sobre uma nação inteira, a ponto de desdenhosamente lamentar que aquela sua terra seja obra de um povo bisonho, sentenças do tipo ... e pensar a gente que esses caras descobriram o Brasil...

Posto isto, concluímos, reafirmando a nossa absoluta certeza de que o mal não proveio do povo simples nem dos infelizes que o conclamam, sem saber o que dizem, quando imitam os que os conduzem, negando-se o sangue lídimo que lhes corre nas veias. Renegam assim a verdadeira identidade e a memória viva donde descendem. Legado hereditário que desconhecem e que nunca virão a conhecer, porque deles está arredada a possibilidade de o vir a saber. Por via do ensino escolar, seguramente não.

Passando adiante, não se pode encerrar este discurso sem fazer alusão a um lado, especialmente importante, que pede a maior cautela, por ir ao âmago do problema: a fundida coincidência que vincula os autores das teses, que saem dos centros universitários de Ciências Humanas, os quais, através de bolsas de estudo se interconectam com os de Portugal. Denotam todos eles, sintomaticamente, sem desculpa e de uma forma exaustiva, a mesmíssima tendência, ideologicamente guiada, feita de arquétipos de ordem político-filosófica, entrelinhados e repetitivos, quando não copiados dos autores que lêem e soletram em unísono.

Os novatos, num todo exemplificativo, não só recorrem a obstinados chavões e a máximas intragáveis, mas também os seus mestres, que lhas servem, bebidas nas fontes de inspiração das suas lições, facto que tem o mérito de se sobrepôr à verdade documentada do objecto de estudo. De resto, o testemunho original não serve para outra coisa, senão para sustentar a ideia preconcebida, maiormente, se tem vista antecipar a conclusão, irremediavelmente alicerçada na ideia de conflito e do poder, pelo poder. Basta observar a quem os autores das dissertações dirigem os seus rasgados louvores e gratulações, para logo se aferir a origem do vómito.

O leitor reconhece sem dificuldade o padrão-mestre do método de escarpelização das fontes originais, onde vão catar os elementos soltos de que se servem, para perceber a formulação que pretendem passar. Lá está o pelourinho, a igreja, o engenho e a fundição. São estes os símbolos que denunciam a marca do colono escravizador, mas nunca o semeador nem o construtor dos fundamentos civilizatórios.

Falta, sistematicamente, nas renovadas teses, o elemento humano, o ser pensante, fomentador de vida e de mais-valias culturais, como se o indivíduo, por ser ignorado, não existisse, enquanto ser dotado de livre-arbítrio e a sua acção em nada tivesse contribuído, para o desenho físico e espiritual da nação brasileira. A rejeição dos aspectos basilares da questão, deturpados, desprezados ou ignorados, denota simplesmente a falta de noção dos valores que dispensam, ao despir-se do seu próprio ADN. Neste sentido, estamos diante da pior desgraça de que pode enfermar uma nação.

Aproveitando a linha de raciocínio, deve ser também sublinhado, por ser da maior importância, no nosso ponto de vista, o fenómeno de reaproximação que, por efeito do acaso das circunstâncias ou desígnio da Providência, tem trazido de volta gente luso-brasileira. Sublinhar ainda, mais uma vez, que o papel histórico de religação dos laços tem cabido à gente ignota, nautas de uma odisseia de redescoberta, de si no outro que, de modo espontâneo, mal ou bem, tem cobrado ânimo e promovido o reatamento dos elos perdidos.

Escusamos de especificar o que foi a tarefa monstra da trasladação de modelos administrativos e institucionais, que subjazem ao edifício da nação Brasil, além do factor da maior relevância de ter sido obra da monarquia, provida do espírito de missão, o elemento globalizante dos vastos espaços transatlânticos. Aqui e ali, tem-se ouvido, aos agentes menos alinhados politicamente, enaltecer o papel dos municípios, enquanto células político-administrativas do país.

Tais unidades governativas, de facto, não são outra coisa, senão a replicação do modelo estrutural luso-romano, transposto de Portugal para o Brasil, o qual foi sendo disseminado, à medida que os sertões iam sendo desbravados, seguindo as direcções cardeais fronteiriças, que às ordens da coroa, demarcavam o assentamento da gente lusitana.

De modo que deixa de ser novidade a surpresa brasileira, quando se reconhece os traços comuns nesta margem do Atlântico, espanto que decorre da identificação, que vai da malha urbana à arquitectura e artes vernáculas de construção, que revêem aqui, nas aldeias, donde partiram remotamente os seus avós. Tomando isto como elementos de maior evidência e relevo cultural, além do factor religioso, verifica-se que a força de passado sobrepuja as diferenças do impacto

negativo que, por vezes elencam, desconhecendo que muito do que os surpreende, das gírias e costumes lusitanos, são os de adoção geracional recente.

Se o padrão oferecido pela generalidade das opiniões, que circulam nas redes sociais, apresenta, além de estranheza, rejeição do outro, não se pode dizer, honestamente, que seja esta a postura de todo o brasileiro. Assim, para estranheza nossa, deparamo-nos com picos de reverência, perante esta velha nação. E cremos que a reverência, observada nestes moldes, não seja fortuita nem fruto do acaso. Ao contrário, parece que tais expressões emergem de maturação, que desperta lembranças adormecidas e que, não obstante a separação de gerações, teimam em manter-se vivas e em vir à tona.

É tempo de encarar de frente a memória que cala em nós, de voltar atrás e de trazer à actualidade as lições valiosas de um passado, feito de vida, a mesma vida que desenhou e construiu o território brasileiro, para nosso espanto, deixado lá inteirinho. Obra portuguesa, nos limites mais acabados, sendo dever da gente tê-la sempre presente e inculcá-la nos corações, na contramão das malfeitorias embutidas, por agentes da ignorância, ferrenha ou momentânea, partindo do princípio bondoso de que o que se apregoa não seja fruto de deliberada má-fé.